

Pensamento Social Brasileiro e a antropologia Iracunda de Darcy Ribeiro

Carolina Arouca G. de Brito¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar um “estudo de caso metodológico” sobre a trajetória de Darcy Ribeiro entre as décadas de 1940 e 1950, a partir de uma construção no âmbito do Pensamento Social Brasileiro em diálogo com a História Intelectual. A formação, a trajetória e a produção de Ribeiro foram marcadas pela temática indígena, sobretudo no período delimitado para esta análise. Soma-se a isso o fato de que sua produção intelectual sobre os índios no Brasil se constituiu em simultâneo a sua atuação institucional, mais precisamente como etnólogo do SPI, entre 1947 e 1956. Para compreender esse processo de produção intelectual em Ribeiro proponho uma análise que articule a obra textual e a ação institucional desse personagem no início de sua carreira como antropólogo (formação e atuação), a fim de compreender as disputas intelectuais e políticas que formavam o país e pautavam as discussões acerca do indígena naquele momento. Além do percurso metodológico informado pelo diálogo entre as áreas do Pensamento Social Brasileiro e a História intelectual, compõem também esse estudo a análise e a problematização do campo arquivístico.

Palavras-chave: Pensamento Social Brasileiro, Metodologia, História Intelectual, Darcy Ribeiro.

Title: *Brazilian Social Thought and the restless Anthropology of Darcy Ribeiro.*

Abstract: This article aims to present a "methodological case study" about the trajectory of Darcy Ribeiro between the 1940s and 1950s, based on a construction in the scope of Brazilian Social Thought in dialogue with Intellectual History. Ribeiro's training, trajectory and production were marked by the indigenous theme, especially in the period delimited for this analysis. The fact that his intellectual production on the Indians in Brazil was simultaneously constituted by his institutional performance, more precisely as an ethnologist of the SPI, between 1947 and 1956. In order to understand this process of intellectual production in Ribeiro, I propose an analysis who articulated the textual work and institutional action of this character at the beginning of his career as an anthropologist (formation and acting) in order to understand the intellectual and political disputes that formed the country and guided the discussions about the indigenous at that time. Besides the methodological path informed by the dialogue between the areas of Brazilian Social Thought and Intellectual History, this study also includes the analysis and problematization of the archival field.

Keywords: Brazilian Social Thought, Methodology, Intellectual History, Darcy Ribeiro.

Artigo recebido em 27/11/2018 e aceito em 17/01/2019

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

O campo de estudos “Pensamento Social Brasileiro” ganhou contornos mais definidos na década de 1980 e se consolidou na década de 1990, no âmbito das Ciências Sociais no Brasil, como demonstram alguns trabalhos^{II}. Conceitualmente o campo em questão abarca pesquisas sobre as tradições intelectual, cultural, social e política brasileiras, desenvolvidas a partir de diferentes perspectivas de análise, caracterizando-se assim por uma área multidisciplinar, que compreende não apenas as três disciplinas básicas das ciências sociais (antropologia, sociologia e ciência política), como também a História, a Teoria Literária, a Filosofia Política, entre outras^{III}.

A dinâmica da construção teórica e também metodológica impressa pela área do Pensamento Social Brasileiro nesses últimos quase 40 anos, tem aberto novas possibilidades de pesquisa e de diálogos disciplinares, o que representa novas interpretações e /ou novas leituras do passado histórico e também simbólico do nosso país. Nesse sentido, a produção contemporânea da área contempla temas clássicos sobre a formação da sociedade brasileira (modernização e mudança social; construção e transformação do Estado-Nação; cultura política e cidadania), bem como “diferentes modalidades de produtores e de produção intelectual e artística em sentido amplo (literatura, artes plásticas, fotografia, cinema, televisão e teatro) e da própria cultura como sistema de valores e formas de linguagem”^{IV}.

Diante dessa possibilidade de matriz interpretativa e do diálogo disciplinar que a área do Pensamento Social permite ao pesquisador, proponho um “estudo de caso metodológico” sobre a trajetória de Darcy Ribeiro entre as décadas de 1940 e 1950. Em geral, nos trabalhos que discutem o Pensamento Social no Brasil há uma ênfase maior nas instituições, no processo de institucionalização ou nos textos, mas nem sempre nas propostas e/ou nas atividades institucionais dos diversos agentes / personagens sociais, ainda que presentes em alguns trabalhos^V. Nesse ponto é que insiro a análise sobre a trajetória de Ribeiro, acompanhando o seu processo de formação em Antropologia e sua atuação institucional no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), como parte de sua produção intelectual. Pretende-se dessa forma unir metodologicamente a análise da obra textual e da ação institucional de Ribeiro no início de sua carreira, a fim de compreender as disputas intelectuais e políticas que formavam o país e pautavam as discussões acerca do indígena naquele momento histórico.

Nesse contexto compreendo também a obra de Ribeiro, no âmbito da Antropologia brasileira sob uma perspectiva histórica acerca da estruturação do campo disciplinar, sobretudo, dos estudos etnológicos, que decodificam a estrutura científica e a agenda de pesquisas em torno da questão indígena do período. Para isso, proponho o diálogo teórico entre história e Pensamento Social Brasileiro. No âmbito da historiografia, insiro essa abordagem metodológica no campo da “história das ideias” a partir dos trabalhos de Quentin Skinner, sobretudo em seu texto “Significado e compreensão na história das ideias”, no qual, em linhas gerais, o autor busca fundamentar sua teoria denominada “contextualismo linguístico”, abordando a constante tensão entre autor, texto, ou seja, as temáticas ou as ideias seriam tratadas dentro das tradições intelectuais numa dada sociedade. Além disso, Skinner lança luzes sobre a relevância do texto como documento histórico, não somente como uma prova textual, mas como produto de uma sociedade, de um grupo de intelectuais imbuídos de saberes e práticas de seu tempo histórico. Desse modo, dá voz aos autores na produção de ideias através de seus “textos”, construídos em “contextos” específicos no tempo e no espaço. Em diálogo com essa perspectiva “contextualista”, que desempenha um papel metodológico na pesquisa e não um fim em si mesmo, é possível estabelecer uma comunicação entre interesses teóricos contemporâneos e pesquisas sobre o significado de textos produzidos em outros contextos, a partir de alguma contextualização ou avaliação desses textos em termos históricos .

Também o historiador Peter Burke, no artigo “A história intelectual na era da virada cultural” , propõe o que ele denomina de uma “terceira via” para compor sua análise sobre o campo

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

da história cultural contemporânea. Para tanto, o autor privilegia os estudos sobre a Europa feitos por europeus, apenas, segundo ele, pela questão de estar familiarizado com a língua. Sua argumentação parte da proposta da ampliação do conceito de história, ou seja, ele inclui em sua análise pesquisas no campo da literatura clássica e da história da Ciência. Destaca, ainda, no início de seu argumento, que pretende se afastar das “tradicionalistas” abordagens da história intelectual, geralmente vinculadas à Escola de Cambridge, a partir dos estudos de Pocock e Skinner.

Burke aborda a história intelectual a partir de suas interfaces e contatos com o campo da história cultural, na medida em que relaciona conceitos caros a esta, como importantes chaves de análise para aquela, como é o caso da ideia de “tradição”. Segundo o autor, essa aproximação deve-se, sobretudo, ao impacto e à participação de intelectuais nos processos de “invenção da tradição” do mundo moderno. Além dessa ideia, a tríade conhecimento, informação e transmissão também figura como chave analítica para a aproximação dessas duas correntes historiográficas.

A partir desse aporte teórico torna-se mais produtiva a análise da vida e da obra de Ribeiro, sobretudo, em perspectiva histórica. De acordo com o autor Edward H. Carr “O estudo da História é o estudo das causas”^{VI}, portanto faz parte da dinâmica da área a “curiosidade” ou a busca contínua por respostas, e/ou por novas perguntas em novos contextos. É na esteira desse movimento metodológico, impresso pela própria disciplina que o diálogo com outros campos do conhecimento e com outras ferramentas de análise se mostram tão relevantes. No âmbito dessa construção argumentativa divido este artigo em três partes, que denotam também os caminhos da pesquisa. Na primeira parte abordo o processo de formação acadêmica de Ribeiro com objetivo de recuperar o contexto da época, compreender seus interesses de pesquisa e identificar sua rede intelectual no período. Na segunda parte faço uma análise de sua atuação no campo da antropologia em torno da temática indígena, o que elucida a dinâmica institucional e localiza a sua produção acadêmica no âmbito dos estudos etnológicos daquele momento. E por fim, na terceira e última parte destaco a importância do arquivo pessoal de Ribeiro como fonte e também como objeto de análise.

Uma antropologia e um antropólogo em formação:

É muito comum lembrarmos de Ribeiro a partir de sua trajetória política pós-exílio, como Vice no Governo Brizola (RJ) na década de 1980, período que desenvolveu a política educacional do Estado, em parceria com Anísio Teixeira a partir da criação dos CIEPS e de uma educação integrada com a comunidade. Ou mesmo de sua atuação na década de 1990, quando participou do grupo de formulação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e também exerceu o cargo de senador pelo RJ entre 1991 e 1997. Quando mais recuamos temporalmente, chegamos à sua contribuição antropológica sobre os índios brasileiros na década de 1970, com a publicação de “Os índios e a civilização” e da subsequente série sobre estudos de antropologia da civilização, divididos em “O processo civilizatório”^{VII}; “As Américas e a civilização”^{VIII}; “O dilema da América Latina”^{IX}; e “Os brasileiros”^X.

Porém, o Ribeiro de que trata esse artigo é um Jovem recém-formado em Ciências Sociais e com um crescente interesse pela questão indígena nacional. Proponho essa delimitação temporal a fim de perceber as possíveis raízes do pensamento antropológico de Ribeiro e acompanhar sua visão sobre os grupos indígenas visitados e aos quais dedicou suas obras ao longo de sua trajetória.

Mineiro, do norte do Estado, precisamente da cidade de Montes Claros. Nascido em 26 de outubro de 1922, filho de Reginaldo Ribeiro dos Santos e Josefina Augusta da Silveira Ribeiro; concluiu sua formação primária em 1933 no Grupo Escolar Gonçalves Chaves, na cidade de Montes Claros, e o secundário (hoje ensino médio) no Ginásio Municipal da mesma cidade^{XI}. Entre 1939 e 1943 cursou medicina na Faculdade de Belo Horizonte, mesmo período que iniciou sua militância

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

no Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesse mesmo período, se filiou ao Partido Comunista do Brasil – PCB passou a participar ativamente do movimento estudantil do diretório central de Minas Gerais e da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, onde passou algum tempo, em 1940. Foi nessa conjuntura que convidou algumas personalidades das ciências sociais da época para ciclos de palestras em Belo Horizonte, entre eles o sociólogo americano e professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), Donald Pierson. Pierson, depois de passar alguns dias visitando cidades mineiras na companhia de Ribeiro, o teria convidado para uma bolsa de estudos no curso de bacharelado em ciências sociais na ELSP. Ribeiro aceita o convite, deixa em definitivo seu curso de medicina em Belo Horizonte e muda-se para São Paulo, onde inicia seu curso na ELSP, no ano de 1944. A partir da construção metodológica proposta neste artigo, torna-se fundamental uma análise mais detida sobre o período de sua formação acadêmica, especialmente uma análise da instituição em que se formou.

A criação da Escola Livre de Sociologia de São Paulo (ELSP)^{XII} representou uma investida importante na promoção das “Ciências Sociais como um instrumento capaz de apresentar soluções aos problemas da modernização brasileira.”^{XIII} Para compreender esse processo, faz-se necessário retornarmos à década de 1930, no que se refere ao início do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil e da criação da ELSP. O pioneirismo na criação da ELSP é reconhecido pela literatura que se dedicou ao tema da institucionalização das ciências sociais no Brasil^{XIV}, porém, nesse mesmo período, algumas outras ações importantes no campo sociológico podem ser observadas no país. Gilberto Freyre^{XV}, em sua análise sobre os caminhos da antropologia brasileira, ressalta que em meados da década de 1930, em Recife-PE, a cadeira de Sociologia encontrava-se em plena atividade, e destaca ainda o caráter experimental e moderno desta, que, segundo ele, representava a primeira estabelecida no Brasil e talvez na América do Sul. Ainda na capital pernambucana, os estudos de Josué de Castro^{XVI} sobre as condições de vida dos trabalhadores daquela cidade demonstravam o crescimento das análises sociológicas no período. Também no Rio de Janeiro, a partir dos estudos de Arthur Ramos^{XVII}, em especial “O negro no Rio de Janeiro”, de 1934, é possível perceber o desenvolvimento da área. Segundo Del Vecchio, a institucionalização das ciências sociais no Brasil na década de 1930 foi resultado direto dessas investidas analíticas apontadas acima, ou seja, “atividades de pesquisa e ensino desenvolvidas em instituições localizadas em algumas grandes cidades e sob formatos diversos, que buscavam a proposição de ações diretamente voltadas à superação de problemas sociais.”^{XVIII}

Segundo Lima^{XIX}, ainda sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil, é possível compreender o processo a partir de sua dupla vocação, científica e política, sobretudo quando pensamos na criação dos primeiros centros universitários ou institutos de pesquisa, como é o caso específico da ELSP. Além disso, o processo de formação do campo científico brasileiro em torno das ciências sociais colabora para a agregação de interpretações acerca da realidade social do país, ou seja, os precursores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, formados nessas instituições de ensino, através de suas obras e de seus objetos de pesquisa: “interpretaram a sociedade brasileira, desde a década de 1940, ao mesmo tempo em que foram partícipes de sua constituição, tanto ao modelarem o debate de ideias [...], como ao contribuírem para a imaginação social e a definição da agenda política do país.”^{XX}

A ELSP foi criada em 1933 com duas finalidades principais, descritas em seu primeiro regulamento:

[...] o ensino das ciências sociais, visando a formação de sociólogos e de pessoal habilitado para colaborar na administração pública e particular e no progresso social, econômico e político do país e desempenhar cargos ou funções de nível universitário relacionados com as disciplinas ministradas.^{XXI}

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

Com o objetivo claro de formar quadros especializados que pudessem responder aos novos problemas sociais apresentados na cidade de São Paulo, e no país de forma geral, a ELSP é organizada como um instituto de ensino superior com foco específico na formação de uma parcela da sociedade, qual seja, a chamada “elite paulista”. O manifesto da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, do mesmo ano de sua criação, faz referência direta à situação política do país na época, enfatizando a recém-vivida “Revolução Constitucionalista de 1932”^{XXII}, que marca a derrota política da “elite paulista” em torno da construção de um projeto de país.

Nesse cenário institucional Ribeiro, no entanto, se aproximou das discussões no âmbito da antropologia indígena, sobretudo, do etnólogo alemão Herbert Baldus, professor, no período, da disciplina “Etnologia Brasileira”. Baldus esteve no Brasil pela primeira vez em 1927 para realizar um levantamento etnológico sobre os Guarani paulistas. Após essas primeiras investidas etnológicas na América do Sul, retornou à Alemanha para defender sua tese de doutoramento em Filosofia. Seu retorno ao Brasil data de 1933, porém somente em 1939 conquista seu primeiro vínculo institucional, como professor de Etnologia Brasileira na ELSP^{XXIII}.

O mesmo Baldus foi quem intermediou o primeiro convite de trabalho, pós formado de Ribeiro, no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), logo em 1947.

Por essa aproximação com a temática indígena, sob o viés antropológico, outra maneira possível de compreender o lugar institucional da ELSP é associando a sua criação na década de 1930, ao processo de institucionalização das ciências no Brasil. Como paradigma de análise desse processo enfatizo a formação do campo antropológico brasileiro na década de 1930, para compreender o lugar da antropologia na ELSP.

Para Mariza Peirano^{XXIV}, a década de 1930 no Brasil deve ser compreendida como um momento específico, “sócio genético” no desenvolvimento de uma ciência nacional. Ou seja, para a autora, o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, iniciado na década de 30, estava inserido em um projeto de construção nacional mais amplo, em que as ciências sociais seriam capazes de oferecer alternativas de melhorias sociais para o país:

Os pesquisadores [brasileiros] em ciências sociais, acompanhando ou reagindo a uma corrente geral em termos da ideologia política nacional, orientaram suas pesquisas em termos da construção da nação [*national-building*].^{XXV}

A autora toma a década de 1930, como um período importante no que tangia à relação entre ciências sociais e contexto nacional. Mais do que um período que marcaria a divisão entre estudos ensaísticos (antes de 1930) e estudos científicos (pós-1930) sobre o país, a década de 30 representaria o momento de concepção ideológica do “novo país”, a partir de seus problemas modernos, como papel da educação, por exemplo. Segundo Peirano, foi nesse período que pela primeira vez na história do Brasil, a educação seria convocada a resolver os problemas de identidade nacional e dos problemas políticos e de desenvolvimento econômico^{XXVI}. Sob essa nova perspectiva, caberia à educação resolver os problemas da administração pública do país. Este novo sistema educacional seria capaz de guiar as pessoas e a nação para “um equilíbrio social moderno”^{XXVII}.

É a partir dessa chave de análise, portanto, que a autora compreende a criação das primeiras universidades^{XXVIII} que promoveram maior especialização entre os intelectuais da época, incluindo romancistas, políticos e cientistas sociais. Cabe destacar que nesse contexto não estava clara a distinção entre as categorias de intelectuais elencadas, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. A falta de especialização ou de uma maior delimitação entre as diversas áreas do Pensamento Social Brasileiro seria mais uma marca do período em questão.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

O exercício de análise proposto por esse artigo rompe, em alguma medida, com a linearidade temporal, possibilitando assim, novas conexões e/ou novas perguntas ao objeto de análise. Nesse caso, compreender o ambiente institucional combinado ao cenário intelectual do período, pode contribuir para o entendimento da atividade profissional de Ribeiro no período proposto.

A antropologia indígena de Darcy Ribeiro

O título desse artigo traz o conceito de “antropologia iracunda”, ou seja, uma antropologia tempestuosa, intranquila, agitada, inconformada. O próprio Ribeiro em entrevista à Folha de São Paulo em 1983 afirmou: “Há duas formas de intelectuais: a mais numerosa é a dos áulicos, do ajudante de ordens, aquele que está contente com o mundo tal qual é, e fazem seu papel. E há os iracundos, os intelectuais raivosos [...]”^{XXIX}. O autor Vasconcellos, publicou recentemente um livro sobre a trajetória de Ribeiro com o título: Ribeiro, a razão iracunda^{XXX}. O argumento central do autor é que Ribeiro foi, ao longo de sua vida, um cientista social, um intelectual insubmisso às regras da academia, por exemplo. Minha leitura a cerca o caráter iracundo da antropologia exercida por Ribeiro, já no início de sua carreira, no SPI, está diretamente ligada a multiplicidade de sua atuação no âmbito do SPI.

Ribeiro ingressou no Serviço de Proteção aos Índios - SPI como naturalista em 1947, permanecendo na instituição até 1956. Durante quase 10 anos de atuação no referido órgão, Ribeiro realizou pesquisas etnológicas entre inúmeros grupos indígenas, dos quais se destacam os: Kaiwá (1947), Terena (1947), Kadiwéu (1947/48), Ofaié (1948), Urubu-Kaapor (1949 e 1951), Kaingang (1953), Xokleng (1953), Karajá (1953), Bororo (1953), Kamauara (1953) e Kuikuru (1953). Além disso, publicou trabalhos científicos, relatórios e pareceres técnicos acerca da questão indígena, criou o Museu do Índio (em 1953) e desenvolveu o primeiro curso de Pós-Graduação em Antropologia Cultural no Brasil, em parceria com a CAPES (1955/1956). Um levantamento preliminar de sua obra me permitiu classificá-lo como um antropólogo brasileiro especializado na questão indígena. Digo isso após pesquisar sua produção e vinculação institucional entre as décadas de 1940 e 1960, ou seja, Ribeiro formou-se pela Escola Livre de Sociologia de São Paulo em 1946 e, a partir de então, passou a desempenhar múltiplas funções como antropólogo. No SPI, entre 1947 e 1956, atuou como: sociólogo-antropólogo, etnólogo, etnólogo especializado^{XXXI} e chefe da Seção de Estudos. Além disso, nesse mesmo período publicou um estudo etnológico sobre os Kadiwéu, realizou um estudo sobre as relações entre índios e brancos para a UNESCO; lecionou na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; dirigiu o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia, ministrado no Museu do Índio, instituição também desenvolvida por ele; entre outras atividades ligadas ao exercício da antropologia. Em paralelo a essas atividades, realizou inúmeras pesquisas de campo entre os grupos indígenas brasileiros. Na década de 1960, ingressou em sua carreira política como chefe da Casa Civil da Presidência da República e passou a dedicar-se a projetos ligados à educação nacional. Ainda na década de 1950, Ribeiro participou da formulação do projeto de lei em prol da criação do Parque Indígena do Xingu (1952) e de um estudo chancelado pela UNESCO (1952/1953).

A partir da trajetória de Ribeiro é possível compor uma narrativa acerca da institucionalização das ciências sociais no Brasil, da consolidação da atuação da antropologia no âmbito institucional, da saúde indígena e das questões científicas e empíricas em torno do conceito do contato entre índios e não índios. Sobretudo, durante sua passagem pelo SPI. Entendo sua atividade antropológica no âmbito do SPI como uma importante contribuição para a formação de um campo de análise acerca do indígena brasileiro. Fundamento esse argumento contrapondo outro

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

recorrente sobre a sua trajetória: o de que ele nunca almejou carreira acadêmica por produzir ciência fora da academia.

Os “fazimentos”^{XXXII}, nos termos do próprio Ribeiro, ou seja, as ações desenvolvidas por ele ao longo de sua trajetória são tomadas neste trabalho como parte da obra deste autor e ator das ciências sociais brasileiras. Essa ampliação do conceito de obra, que envolve não somente os textos, mas também as ações institucionais vinculadas a um personagem específico em seu tempo representa uma vertente importante para o campo do Pensamento Social Brasileiro contemporâneo e constitui um traço comum aos intelectuais brasileiros, principalmente no início do século XX, como é o caso de Roquette-Pinto^{XXXIII}. O exemplo de Roquette-Pinto nesse contexto argumentativo me parece muito profícuo, especialmente por se tratar de um intelectual múltiplo e reconhecido pela literatura que se dedicou ao tema do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, como um intelectual de seu tempo, comprometido com a produção de interpretações e diagnósticos sobre o país, além de atuar diretamente na “criação de instituições e proposições de temas para a agenda de reformas sociais no país”^{XXXIV}. Roquette-Pinto é reconhecido como médico, antropólogo, educador, ensaísta e, sobretudo, como comunicador, a partir de sua estratégia de veicular a educação científica no rádio e no cinema. Sua atuação como antropólogo não se faz muito presente na memória dos brasileiros, como argumentam as organizadoras do livro “Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto”^{XXXV}. Porém a análise dessa “etapa” de sua trajetória profissional traz importantes referências do Brasil do início do século XX, do processo de institucionalização das ciências no país e da agenda de pesquisa do período em torno das questões de raça, ciência e educação, a partir da contribuição de Ribeiro.

O próprio Ribeiro^{XXXVI} dedica, em suas memórias, um capítulo aos “Mestres brasileiros”, sendo o primeiro Roquette-Pinto, enunciado como “o mais completo antropólogo brasileiro do passado” e segue:

Seus interesses ecumênicos abrangiam antropologia física e os debates sobre raças e mestiçagens, em que ele representou um importante papel. Interessou-se também vivamente pela etnologia de campo. Devemos a ele a melhor das monografias etnográficas brasileiras: Rondônia. É o relato de sua viagem e de suas observações sobre os índios Nambikwara, do norte do Mato Grosso. Ele foi um dos muitos cientistas brasileiros levados por Rondon a estudar a Amazônia e é dele a obra mais bela resultante desses esforços. Roquette-Pinto foi também diretor do Museu Nacional por muitos anos, o que lhe poderia ter dado oportunidade de formar discípulos nas várias antropologias que cultivou. Não formou nenhum.^{XXXVII}

De maneira similar a Roquette-Pinto, Ribeiro é reconhecido pelos brasileiros mais como uma figura polêmica e eloquente, ligada à política, intelectual do exílio, romancista, e menos por sua atuação profissional como antropólogo especializado na questão indígena durante a década de 1950 no âmbito do SPI. O antropólogo João Pacheco de Oliveira^{XXXVIII} chama atenção para a peculiaridade da antropologia desenvolvida por Ribeiro no período em questão e sugere uma leitura e análise da sua obra naquele contexto:

Darcy é um exemplo de intelectual/ator, em uma associação entre teorias e pesquisas com ações políticas de transformação sempre acompanhadas pela elaboração de um complexo e apaixonado discurso justificador. Para pensar a sua presença na antropologia brasileira é preciso ser menos biógrafo e mais analítico, falando sobre sua atuação em pelo menos cinco diferentes posições: 1 – como etnógrafo; 2 – como o estudioso do processo de integração das populações indígenas; 3 – como o idealizador de um museu de novo tipo; 4 – como o

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

formulador de uma nova política indigenista; e por fim 5 – como autor de uma representação geral e amplamente difundida sobre o índio no Brasil.^{XXXIX}

A formação, a trajetória e a produção de Ribeiro foram marcadas pela temática indígena, sobretudo no período delimitado para esta análise. E nesse contexto temático específico muitas foram as suas contribuições para o debate da época, tanto em âmbito intelectual, quanto institucional. Entre meados da década de 1940 e durante grande parte da década seguinte, Ribeiro desempenhou múltiplas funções no âmbito da antropologia / etnologia indígena (pesquisador, chefe de departamento, professor, parecerista, idealizador e gestor de um museu entre outros), especialmente enquanto funcionário do SPI. Diante da pluralidade da ação intelectual e institucional de Ribeiro em torno da temática indígena, torna-se um imperativo uma análise “curiosa” e também múltipla, em termos metodológicos, a fim de compreender de forma mais ampla a contribuição desse cientista social para o campo da antropologia no Brasil no período, a partir de sua atuação intelectual no desenvolvimento de diagnósticos e críticas sobre o país e, em particular, sobre questão indígena. Nesse contexto destaque também o papel central das fontes históricas na construção do argumento.

Pensamento social Brasileiro e Memórias construídas: o percurso arquivístico

O percurso da formação do arquivo reunido no Memorial Ribeiro, alocado no *campus* da UnB, em Brasília, é um dado importante para o exercício aqui proposto. Sua acumulação pelo próprio Darcy e por Berta Gleizer^{XL} demonstra um cuidado considerável em resguardar e construir sua memória intelectual, institucional e também pessoal, o que nos remonta à temática da representação e da “escrita de si”, como bem desenvolve a historiadora Ângela de Castro Gomes:

[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a sua verdade [...] o que passa a importar para o historiador é a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento^{XLI}.

Os arquivos pessoais tornam-se fontes importantes para compreender a trajetória e as narrativas do personagem ao longo do tempo. O arquivo de Ribeiro realça o discurso do autor sobre suas várias “peles” ao longo de sua vida e obra: o antropólogo, o político e o educador. Também por isso, o arquivo tornou-se um objeto dessa metodologia de análise.

A incorporação de fontes documentais à análise etnográfica é tema de um recente trabalho de Roque e Wagner^{XLII}, sobre as possibilidades de análise antropológica do documento, problematizando a construção do arquivo e sua representatividade política e social, além de valorizar as rupturas e vulnerabilidades do arquivo como indícios importantes para a reflexão sobre estes. Ainda sobre a temática do uso de arquivos na produção de conhecimento antropológico em perspectiva histórica, David Zeitlyn^{XLIII} aponta algumas questões relevantes, ao estruturar sua análise a partir de considerações de autores como Foucault e Derrida acerca dos conceitos de arquivo e de suas múltiplas possibilidades de leitura. Nesse contexto teórico, o autor apresenta diferentes tipos de arquivos e formas de uso e leitura da documentação arquivada. Além disso, valoriza em seu argumento uma leitura “subversiva” dos arquivos, ou seja, percebendo os silêncios

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

e contradições presentes no conjunto documental pesquisado. Segundo Zeitlyn, dessa forma seria possível apreender mais da documentação analisada.

Destaco que a obra de Zeitlyn pode ser inserida numa perspectiva de análise que valoriza o uso de fontes arquivísticas como parte da investigação antropológica em todos os níveis. O próprio título do ensaio – *“Anthropology in and of the archives: possible futures and contingent pasts. archives as anthropological surrogates”* – já sugere a importância da leitura atenta e da problematização constante da documentação de arquivo para o trabalho em antropologia. Nesse sentido, o uso de arquivos pela antropologia ganha novos significados, à medida que sua importância empírica é atribuída ao desenvolvimento do trabalho antropológico.

Nesse mecanismo metodológico, o *corpus* documental de fundamental importância para este estudo refere-se à série de correspondências passivas e ativas organizadas por “assunto e correspondentes” no arquivo pessoal de Ribeiro. Também o uso de correspondências como fonte histórica vem sendo problematizada pela historiografia^{XLIV}. As cartas, entendidas como fonte de “verdades” e também de encontro “físico e afetivo”^{XLV}, tornam-se lugares privilegiados de análise, além de figurarem como importante instrumento de afirmação da identidade pessoal, construção de redes de sociabilidade intelectual e vínculos pessoais entre as partes envolvidas.

Em outro trabalho, Ângela de Castro Gomes^{XLVI} afirma: “A correspondência pessoal entre intelectuais é, sobretudo, [...], um espaço revelador de suas ideias, de seus projetos, opiniões, interesses e sentimentos. Uma escrita de si que constitui e reconstitui suas identidades pessoais e profissionais no decurso da troca de cartas.” É nessa perspectiva que me dedico à análise da correspondência depositada no arquivo de Ribeiro.

A correspondência depositada no acervo de Ribeiro destaca-se pela abundância e diversidade de temas e interlocutores e atinge maior densidade entre os anos de 1940 e 1960. Ela testemunha a grande rede estabelecida pelo antropólogo e inclui personagens importantes do cenário das ciências sociais no Brasil. Privilegiei as correspondências mantidas com maior regularidade e por mais tempo no período.

Destaca-se o grande volume daquela que manteve com o etnólogo alemão e professor da Escola Livre de Sociologia de São Paulo, Herbert Baldus. A análise dessa correspondência revela importantes pistas sobre o desenvolvimento do campo de atuação da antropologia no Brasil, no âmbito do SPI, em especial, além de uma relação Mestre-Discípulo bem delineada ao longo dos anos.

Também disponíveis no arquivo pessoal de Ribeiro, destacam-se os documentos referentes às inúmeras instituições pelas quais passou ao longo de sua trajetória. Ainda privilegiando o recorte cronológico aqui proposto, dedico maior atenção ao material sobre o SPI, alocadas na subsérie “Indigenismo”. São documentos referentes a temas burocráticos, pesquisas antropológicas, ao intercâmbio constante entre Darcy e outros pesquisadores, além de diários de campo. Também nessa subsérie estão os documentos relativos à criação do Museu do Índio e do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, ambos idealizados por Ribeiro na década de 1950.

Esse percurso arquivístico oferece importantes ferramentas de análise a cerca do texto e do contexto de formação do campo, além de nos informar sobre a trajetória intelectual e profissional de Ribeiro, a partir de seus textos e artigos, a criação de cursos, suas falas em congressos da área e seus relatórios institucionais; além de localizar suas parcerias intelectuais, especialmente através de sua correspondência pessoal.

Considerações finais

Darcy tinha uma ambição sociológica de compreender o Brasil a partir das origens étnicas que formaram a “nação brasileira”, sobretudo a partir do indígena. Por essa ambição e por sua

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

notável aversão à norma, foi e ainda tem sido pouco lido em cursos formais de formação antropológica. Porém, sua obra tem ganhado cada vez mais revisões e leituras das mais diversas áreas, a fim de compreender a lógica estrutural do autor e a sociedade que o mesmo representava, em termos acadêmicos e sociais. Esse é pra mim o grande ganho da obra de Darcy, ou seja, uma tentativa de problematizar em bases mais amplas a categorização social e étnica da sociedade Brasileira ao longo do tempo, além da centralidade da educação em seu “projeto” de país. E compreender o personagem (texto), sua formação e atuação institucional (contexto) em diálogo com a produção e a leitura de suas memórias (arquivo), nos permite vislumbrar outras e/ou novas possibilidades da obra e também da atuação de Ribeiro no cenário Nacional.

A produção científica ou acadêmica de Darcy Ribeiro acompanhada de sua atuação institucional e docente foi particularmente intensa entre meados da década de 1940 e meados da década de 1950. Tão intensa que é possível afirmar que foi nesse período que se fundamentaram as bases para publicações e republicações futuras de muitas de suas teses em torno da questão indígena nacional. A produção acadêmica sobre o índio no Brasil é expressiva para um jovem recém-formado como bacharel em Ciências Sociais e funcionário de um órgão público destinado a prestar assistência aos índios do país. É certo que a trajetória de Darcy Ribeiro não pode ser compreendida como isolada, sobretudo na década de 1950, período de intensa produção científica no âmbito das ciências sociais no Brasil e no mundo, ainda abalado pelos horrores da guerra, porém, merece destaque sua atuação como intelectual e articulador de políticas públicas acerca da questão indígena. Recuperar a contribuição de Ribeiro na década de 1950 sobre a questão indígena nacional me parece significativa tanto para revisitar uma “interpretação do país” de meados do século XX, quanto para refletir sobre os dilemas que permaneceram e até se agravaram em período recente da história do Brasil.

^I Pós doutora em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ, Mestre e Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/FIOCRUZ. Este texto é parte das reflexões desenvolvidas na minha tese de doutorado.

^{II} Miceli, 1999; Oliveira, 1999; Bastos, 2002; Bastos e Botelho, 2010; Botelho e Schwarcz, 2011.

^{III} Botelho e Schwarcz (2009, 2011), Além das áreas citadas destaque também as seguintes áreas: sociologia da Cultura (Arruda, 2004) e a Teoria Sociológica (Maia, 2009).

^{IV} Botelho e Schwarcz, 2011.

^V Cf.: LIMA; SÁ. Roquette-Pinto e sua geração. *op. cit.*; NASCIMENTO, A. S. *Dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil*. 400 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

^{VI} CARR, E. H. O que é História?, 2002, p. 121.

^{VII} *Idem*. *O processo civilizatório*. São Paulo: Cia das Letras, 1978.

^{VIII} *Idem*. *As américas e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.

^{IX} *Idem*. *O dilema da América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

^X *Idem*. *Os brasileiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

^{XI} Dados presentes numa documentação oficial dos arquivos do SPI, intitulada: Ribeiro – Dados Bibliográficos. MI, [s.d.].

^{XII} Na minha dissertação de mestrado, abordei alguns aspectos da criação da Escola Livre. (BRITO. *Medicina e antropologia*. *op. cit.*).

^{XIII} KANTOR, I.; MACIEL, D.; SIMÕES, J. (Org.). *Escola Livre de sociologia e política: anos de formação 1933-1953 – depoimentos*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009, p. 11.

^{XIV} LIMONGI, F. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. v.1, pp.11-87; SANTOS, W. G. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2002; OLIVEIRA, L. L. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré; Anpocs; Brasília, DF: Capes, 1999. pp. 147-181; VILLAS BÔAS, G. Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006; LIMA, N. T. Como se tornar sociólogo: itinerários na sociologia brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fev. 2008.

^{XV} FREYRE, G. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

- ^{XVI} CASTRO, J. *Condições de vida das classes operárias do Recife*. Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935. Antes desse trabalho, porém, o autor apresentou dois estudos sobre o tema da alimentação no Brasil, o primeiro em 1932 e o segundo em 1933 (ver referência na listagem bibliográfica).
- ^{XVII} Arthur Ramos desenvolveu, ainda entre 1934 e 1937, uma pesquisa sobre as condições econômicas das famílias dos alunos da rede pública no âmbito do Serviço de Ortofrenia e Higiene mental do Distrito Federal (BARROS, 2004 *apud* DEL VECCHIO, A. Preâmbulo: as influências presente nos anos de formação da Escola Livre de sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. 2. ed. São Paulo: Sociologia e Política, 2009, p. 12).
- ^{XVIII} DEL VECCHIO. *Idem*, p. 13.
- ^{XIX} LIMA. *Como se tornar sociólogo. op. cit.*
- ^{XX} *Ibidem*, p. 190.
- ^{XXI} Projeto e regulamento da ELSP. Cedoc/ Fesp-SP, 1933.
- ^{XXII} Revolução Constitucionalista de 32: São Paulo teve lugar importante na política oligárquica brasileira até a década de 1930, e por isso foi também o Estado mais afetado politicamente com a tomada do poder por Getúlio Vargas nesse mesmo ano. As dissidências políticas internas contribuíram para os episódios de conflitos armados que duraram cerca de três meses na capital paulista. A motivação da revolta era eminentemente política, especialmente contra o regime “ditatorial” empreendido por Getúlio Vargas. A luta teve adesão de diversas camadas da sociedade, como industriais, intelectuais, estudantes e militantes políticos ligados à Velha República, e também democratas. Sobre o conflito/Revoltas/Revolução de 1932 ou Constitucionalista ver os trabalhos de: CAPELATO, M. H. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História); GOMES, A. C. *Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização*. In: _____ *et al. Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, entre outros. Além dos arquivos do CPDOC, disponíveis em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/CatalogoRevolucao32.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- ^{XXIII} Nessa instituição, Baldus permaneceu como professor até 1961, onde contribuiu também com a revista “Sociologia” como chefe da seção de etnologia do periódico. Em paralelo às suas atividades na escola e na revista, em 1946 tornou-se organizador das coleções do Museu Paulista, editor da revista do Museu Paulista e diretor da seção de antropologia do mesmo museu, cargos que exerceu até a década de 1970 (DAMASCENO. *Ribeiro. op. cit.*; PASSADOR. *Idem.*).
- ^{XXIV} PEIRANO. *The anthropology. op. cit.*
- ^{XXV} *Ibidem*, p. 248.
- ^{XXVI} PEIRANO. *The anthropology. op. cit.*, p. 19-20.
- ^{XXVII} *Ibidem*, p. 26.
- ^{XXVIII} Em SCHARCZ, L. M. Os museus etnográficos brasileiros: “Polvo é povo, molusco também é gente”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil-1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 67-98, a autora afirma que antes do surgimento das primeiras faculdades, cursos de especialização ou instituições de ensino acadêmico na área de filosofia e ciências sociais, os museus eram considerados espaços dominantes na produção antropológica no Brasil. Aqueles que se dedicavam à antropologia não possuíam, até o momento, uma formação regular, específica, em geral vinham de outras áreas, principalmente da área médica. Vários pesquisadores estrangeiros vinham ao país para fazerem suas pesquisas e não se fixavam aqui. Com a fundação das primeiras faculdades e com o início da institucionalização, teve início a formação de pesquisadores nativos e os antropólogos estrangeiros passaram a ser chamados para assumirem as cadeiras de antropologia. (p. 152-154).
- ^{XXIX} Ribeiro, Darcy, 2007, p.125.
- ^{XXX} Vasconcellos, 2015.
- ^{XXXI} Denominação das funções exercidas por Ribeiro no SPI (Pasta 44, Ribeiro, Museu do Índio (MI), Rio de Janeiro, [s.d.].
- ^{XXXII} Termo usado por Ribeiro para designar suas atividades profissionais ao longo de sua trajetória.
- ^{XXXIII} Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) foi médico, antropólogo, educador, ensaísta e dedicou-se às comunicações como um instrumento de educação científica no início do século XX. Ver: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência. In: _____; _____ (Org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. pp. 57-84. No prelo.
- ^{XXXIV} *Ibidem*, p. 13.
- ^{XXXV} *Ibidem*, p. 14.
- ^{XXXVI} RIBEIRO. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

^{XXXVII} RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 120. Nessa obra, o autor apresenta suas referências na área do Pensamento Social Brasileiro, elencando em ordem de prioridade suas influências intelectuais, o primeiro como já dito seria o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, seguido pelo etnólogo autodidata alemão Curt Nimuendaju, o sociólogo Arthur Ramos e o também o sociólogo Gilberto Freyre. Além desses, Ribeiro cita outros autores, intérpretes do Brasil, que segundo ele foram “antropólogos sem saber”, como Manuel Bonfim, Capistrano de Abreu e Josué de Castro (p. 120-121). Antes, porém, esse capítulo teve uma versão publicada sob o título “Etnologando”, na primeira edição do livro “Testemunho” de 1990. Nessa versão, o nome de Roquette-Pinto não aparece, bem como um longo trecho de tom crítico à infertilidade de alguns desses estudos no meio acadêmico.

^{XXXVIII} OLIVEIRA, João Pacheco. A paixão de um intelectual-atou. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 fev. 1995.

^{XXXIX} *Ibidem*, p. 1.

^{XL} Berta Gleizer foi casada com Ribeiro entre os anos de 1946-1974. A também antropóloga teve uma participação intensa e fundamental no desenvolvimento da obra de Ribeiro.

^{XLI} GOMES, A. C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 14.

^{XLII} ROQUE, R.; WAGNER, K. A. (Ed.). *Engaging colonial knowledge: reading european archives in world history*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan. 2012.

^{XLIII} ZEITLYN, D. Anthropology in and of the archives: possible futures and contingent pasts – archives as anthropological surrogates. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, 2012, pp. 461-480.

^{XLIV} VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883- 1951)*. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003; GOMES. *Escrita de si. op. cit.*; GOMES, A. C. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005; LEMOS, R. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

^{XLV} GOMES. *Escrita de si. op. cit.*

^{XLVI} *Idem. Em família. op. cit.*, p. 13.

Referências Bibliográficas:

ARRUDA, Maria Arminda do N. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 2004, v. 16, n. 1, p.107-118.

BASTOS, Élide Rugai. “Pensamento social da Escola Sociológica Paulista”. In: MICELI, S. (org.): *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré; Brasília, DF: CAPES, 2002, pp. 183-230.

BASTOS, Élide Rugai & BOTELHO, André. “Horizontes das Ciências Sociais: Pensamento Social Brasileiro”. In: *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. Coord. geral Carlos Benedito Martins; Coord. de área Heloísa T. de Souza Martins. São Paulo: ANPOCS, 2010.

BÔAS, G. V. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOTELHO A.; BASTOS, E. R., VILLAS BÔAS, G. (Org.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BOTELHO, A. Passagens para o Estado-Nação: a tese de Costa Pinto. *Lua Nova*, São Paulo, v. 77, 2009, pp. 147-177.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

BRITO, C. A. G. *Medicina e antropologia: atenção à saúde no Serviço de Proteção aos Índios (1942-1956)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

BURKE, Peter. Fronteiras culturais: barreiras e contatos. *Revista Cult*, São Paulo, abr. 2007.

CARR, E. H. O que é história? Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

CASTRO, J. *Condições de vida das classes operárias do Recife*. Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935.

DAMASCENO, D. P. C. *Darcy Ribeiro e a formação do campo científico no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

DEL VECCHIO, A. Preâmbulo: as influências presente nos anos de formação da Escola Livre de sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. 2. ed. São Paulo: Sociologia e Política, 2009. pp. 11-26.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. *Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro*. Rio de Janeiro, 2011.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Nacional, Col. Brasileira, 64, 1936.

KANTOR, I.; MACIEL, D.; SIMÕES, J. (Org.). *Escola Livre de sociologia e política: anos de formação 1933-1953 – depoimentos*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.

LEMOS, R. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LIMA, N. T.; BOTELHO, A. *Duas viagens amazônicas e o espectro de Euclides da Cunha: malária e civilização em Carlos Chagas e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro [s.d]. Mimeo.

LIMONGI, F. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. v.1, pp.11-87.

MAIA, J. M. E. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MICELI, S. “Intelectuais brasileiros”. In: _____. (Org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). 2a ed. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, pp. 109-147, 1999.

MUSEU DO ÍNDIO. *Histórico*. Documento oficial. Rio de Janeiro, 2003.

NORA, P. *Entre memória e história*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

OLIVEIRA, J. P. A paixão de um intelectual-atou. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 fev. 1995.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Interpretações sobre o Brasil”. In: MICELI, S. (Org.): O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). 2a ed. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, pp.147-181 1999.

PASSADOR, L. H. *Herbert Baldus e a antropologia do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PEIRANO, M. G. S. *Os antropólogos e suas linhagens: a procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis*. Brasília: [s.:n.], 1990. (Série Antropologia, 102).

_____. A antropologia e suas linhagens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 6, 1991, pp. 43-50.

RIBEIRO, D. *O processo civilizatório*. São Paulo: Cia das Letras, 1968.

_____. *As américas e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.

_____. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970b.

_____. *O dilema da América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

_____. *Depoimento 1978*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985. (História Oral, História da Ciência – Convênio FINEP/CPDOC).

_____. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997b.

_____. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997c.

ROQUE, R.; WAGNER, K. A. (Ed.). *Engaging colonial knowledge: reading european archives in world history*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan. 2012, pp. 1-32.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993a. 287p.

_____. Os museus etnográficos brasileiros: “Polvo é povo, molusco também é gente”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil-1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993b. pp. 67-98.

SKINNER, Q. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas: Revista de Historia Intelectual*, n. 4, 2000, p. 149-191.

VASCONCELLOS, G. F. *Darcy Ribeiro: a razão iracunda*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015.

VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883- 1951)*. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VILLAS BÔAS, G. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A ANTROPOLOGIA IRACUNDA DE DARCY RIBEIRO

CAROLINA AROUCA G. DE BRITO

ZARVOS, G. *Darcy Ribeiro: evolução de uma teoria para a América Latina*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

_____. *Darcy Ribeiro: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

ZEITLYN, D. Anthropology in and of the archives: possible futures and contingent pasts – archives as anthropological surrogates. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, 2012, pp. 461-480.

Arquivos consultados:

- ❖ Arquivo Memorial Darcy Ribeiro (MDR)
- ✓ Série: Correspondência Geral / Subsérie: Correspondentes
- ✓ Série: Documentos pessoais
- ✓ Série: Edições / Subsérie: Correspondência diversa
- ✓ Série: Indigenismo / Subsérie: Serviço de Proteção aos Índios
- ✓ Série: Entidades e Instituições / Subsérie: Documentos diversos
- ✓ Série: Instituições diversas
- ✓ Série: Produção intelectual
- ✓ Série: Assuntos Gerais